



ANTIGO PAVILHÃO DA COLÔNIA SANTA MARTA, EM GOIÂNIA: NA ÉPOCA DO CONFINAMENTO COMPULSÓRIO HOUVE 101 ESTABELECIMENTOS NO PAÍS

PERSEGUIÇÃO E CLAUSURA

Abandonados pelos parentes aos primeiros sinais de hanseníase, doentes eram muitas vezes caçados e trancafiados em colônias, que funcionavam como verdadeiras cidades, com cinemas, delegacias e armazéns

RENATA MARIZ

DA EQUIPE DO CORREIO

“QUEM FICAR LEPROSO, APRESENTANDO QUAISQUER DESSES SINTOMAS, USARÁ ROUPAS RASGADAS, ANDARÁ DESCABELADO, COBRIRÁ A PARTE INFERIOR DO ROSTO E GRITARÁ: – IMPURO! – IMPURO!” (LEVÍTICO 13:45)

Data de 1.450 anos antes de Cristo o livro de Levítico, mencionado acima, mas sua mensagem parece bem atual para Cecília Alves de Lima. Natural do Tocantins, a senhora de corpo franzino descobriu os primeiros sinais da doença aos 11 anos. A repulsa começou na família. “Minha mãe queria me deixar escondida no mato até eu morrer”, lembra Cecília. Abandonada, não restou outra alternativa para ela, senão mendigar na rua. Logo a polícia recolheu Cecília e a levou para onde os “impuros” tinham que permanecer: os leprosários, fechados a grade, com vigias em todas as saídas.

Houve 101 colônias de isolamento compulsório no Brasil, por ação do Estado, que determinou à polícia sanitária, já extinta, que trancafiasse os doentes. A captura tinha de ser feita a qualquer custo. Não são raros os relatos de gente que foi laçada, no meio do mato, feito bicho, pelas autoridades. Levados de trem ou num carro de ferro todo fechado, eram despejados na porta do leprosário mais próximo. “Aqui era o primeiro choro de todo mundo”, conta Vicente Pinto Leite, apontando para a antiga guarita de entrada da Colônia Santa Marta, em Goiânia.

Ele mora lá até hoje, aos 70 anos. A Santa Marta faz parte das 33 colônias que ainda estão em funcionamento no Brasil. Elas abrigam ex-internos que, mesmo após o fim da política de exclusão, determinada por lei em 1962, mas cumprida de forma integral mais de 20 anos depois, continuaram discriminados. “Fora dos muros do isolamento, a vida também foi muito difícil. Éramos tirados dos ônibus, ninguém dava emprego para leproso, não”, conta Erasmo de Freitas, recolhido aos 13 anos, hoje com 70. “Nem com a família eu pude contar, nunca recebi uma visita, não tenho saudade de ninguém, meus companheiros são o povo daqui.”

Vicente, Cecília, Erasmo — e tantos outros que foram obrigados a abandonar a família, tiveram seus filhos tomados, comeram alimentos estragados, trabalharam com feridas expostas às moscas, dormiram em cadeias — são protagonistas de um drama oculto no Brasil. Embora resignados, contam com tristeza o que passaram dentro das colônias de isolamento. “Minha filha, isso era horrível, uma clausura. A gente tentava fugir, mas os guardas perseguiam a gente. Quem fugisse, ia para a

cadeia. Colocavam sal no chão, para torturar ainda mais os rebeldes”, conta Erasmo.

Universo paralelo

As colônias, construídas em fazendas abandonadas, que chegavam a abrigar 5 mil pessoas, tornaram-se verdadeiras cidades no período do confinamento. Havia cinema, delegacia, igreja, armazém. Não tinha ninguém “de saúde”, como os moradores se referem às pessoas livres da hanseníase. Todo mundo, exceto os diretores das colônias, era gente com a doença. Nas enfermarias, uns cuidavam dos outros. Médicos só apareciam vez por outra. E de longe.

“Ninguém chegava perto da gente”, lembra Vicente. Os doentes, quando recebiam visita de familiares ou de médicos, eram colocados numa espécie de câmara, chamada parlatório. De um lado do vidro, ficava o hanseniano, de outro, fora da colônia, o interlocutor. As cartas que eles mandavam para parentes tinham de ser descontaminadas numa estufa, antes de sair dos portões do leprosário.

A segregação chegou a tal ponto em alguns dos 101 leprosários de isolamento compulsório construídos pelo governo brasileiro que até moeda própria existia. No Pará, a prática foi muito difundida, pois a população tinha medo de que o contágio da doença se desse por meio do dinheiro.

O estigma de ter uma doença associada à maldição, impureza do sangue e outras crendices levantadas desde os tempos bíblicos levou Geraldo Celestino, hoje com 84 anos, a só registrar seu casamento, com uma interna, quando tivessem alta. “Esperei o quanto foi preciso. Não queria que o nome ‘Colônia Santa Marta’ aparecesse no meu documento, o preconceito era terrível”, lembra.

Ao contrário de Geraldo, Rita Pereira Neres casou, de véu e grinalda, com cerimônia religiosa, festa e tudo a que tinha direito. E não foi só uma vez. A senhora, hoje com 70, dos quais 53 vívidos na colônia, teve três maridos, todos falecidos. A foto da última cerimônia está na parede. Na cabeça, as lembranças continuam vivas. “Apesar de tudo, fomos felizes aqui. Não tínhamos mesmo para onde ir, perdemos todos os laços com parentes, e aqui, pelo menos, não há discriminação”, diz, sorridente, com os dois membros superiores deformados.



IRACI MARIA FUGIU PARA UMA COLÔNIA EM ANÁPOLIS A FIM DE EVITAR QUE A SEPARASSEM DO FILHO

FAMÍLIA, UMA RARIDADE

Ficar grávida na colônia de isolamento, por mais que o bebê fosse bem-vindo, era motivo de tristeza. Além do medo de transmitir a doença até então desconhecida ao filho, as futuras mães sabiam que muito provavelmente não conseguiriam sequer ver a criança. “As vezes, eles só mostravam a carinha e carregavam logo”, lembra Ana Coelho Cesário. O destino dos recém-nascidos era o preventório, um local de onde poucas crianças retornavam ao convívio familiar. Na maioria das vezes, a informação era de que tinham morrido.

“Hoje meu filho caçula teria 45 anos. Não me mostraram uma certidão de óbito, nada dele”, lamenta Ana Coelho Cesário. Após 20 anos confinada em uma colônia, a senhora de 73 anos conseguiu sair e terminar de criar os dois filhos, que ficaram com a sogra na época do isolamento. Ana tem hoje o que poucos hansenianos do período

das colônias podem exibir: uma família. São 10 netos e sete bisnetos.

Ela mora no bairro Novo Paraíso, em Anápolis (GO), onde funcionou um leprosário improvisado. Na verdade, a área era um depósito de lixo. Mas se tornou uma espécie de quilombo. Servia de abrigo para aqueles que fugiam da vigilância das colônias à procura de uma vida melhor, entre iguais, para evitar o preconceito. Lá chegou Iraci Maria Silva Santos, em 1969, com um filho nos braços. “Quando descobri que tinha esse lugar onde não roubavam nossos meninos, nem pensei duas vezes”, conta.

Como uma colônia extra-oficial, a comunidade de hansenianos em Anápolis se organizou a ponto de receber algumas regras da prefeitura da cidade. Somente às terças e sextas-feiras, por exemplo, era permitido sair às ruas para pedir esmolas. “Havia polícia, mas eles não prendiam a gente”, lembra Iraci. O estigma de ser um local onde viviam os doentes fez do bairro uma área acessível, em termos de preço, para que os próprios hansenianos adquirissem imóveis na década de 90. Muitos vivem lá até hoje. (RM)

■ LEIA AMANHÃ SOBRE A SITUAÇÃO DE ABANDONO E VIOLÊNCIA QUE AFLIGE ATUALMENTE OS MORADORES DAS COLÔNIAS DE HANSENÍASE.